

diálogos

no espaço democrático



LICENÇA-PATERNIDADE NO BRASIL: É HORA DE DECIDIR.



Conversa com
RODOLFO CANÔNICO
Diretor-executivo da *Family Talks*,
especialista em Políticas Públicas para a Família
pela Universidade Internacional da Catalunha.



diálogos no espaço democrático são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD



Para assistir ao vídeo,
aponte a câmera do celular
para este código

A palavra está com o Congresso. Ou o STF decidirá.

Com 35 anos de atraso, o Congresso Nacional tem a oportunidade de dar ao País uma legislação moderna de licença paternidade, instrumento criado pela Constituição de 1988: em dezembro de 2023, ao julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão apresentada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que há omissão do Poder Legislativo na regulamentação do benefício, que pelo artigo 7 da Constituição é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais no Brasil. E deu o prazo de 18 meses para que o Congresso regulamente a lei.

“Há uma janela de oportunidade para o debate da licença paternidade e até a eventual aprovação da regulamentação de um modelo mais atualizado, com um prazo mais generoso, para que os pais possam estar com os seus filhos no nascimento ou adoção de uma criança”, diz **Rodolfo Canônico**, diretor-executivo e cofundador da Family Talks, organização da sociedade civil que

integra o Grupo de Trabalho criado na Câmara dos Deputados - formado por parlamentares, ongs, representantes do empresariado e de órgãos públicos - para debater o tema e elaborar uma proposta para tramitação legislativa.

Entrevistado pelo programa Diálogos no Espaço Democrático - produzido pela fundação de estudos e formação política do PSD e disponível em seu canal do Youtube (<https://youtu.be/soe9SVsqisM>) - Canônico, que é especialista em políticas públicas para a família pela Universidade Internacional da Catalunha, é taxativo sobre o tema: “A sociedade tem uma demanda real”.

Na entrevista concedida aos jornalistas **Sérgio Rondino** e **Eduardo Mattos**, ao economista **Luiz Alberto Machado** e ao cientista político **Rogério Schmitt**, Rodolfo Canônico destacou que os benefícios da ampliação da licença paternidade são muito superiores aos custos para a sociedade - argumento que sempre permeia as discussões.

Esta é a íntegra daquele diálogo realizado em março de 2024. Boa leitura.

Sérgio Rondino - Este programa "Diálogos no Espaço Democrático" vai tratar de um direito previsto na Constituição desde 1988, mas que depende de regulamentação, uma coisa que nunca foi feita pelo Congresso durante mais de 35 anos. É a licença-paternidade. Por causa dessa omissão, recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu que os deputados e senadores terão um prazo de 18 meses para fazer essa regulamentação. Ou, então, o próprio Supremo a fará.

Nós vamos conversar sobre isso com um especialista no assunto, que é o **Rodolfo Canônico**, diretor-executivo e cofundador da Family Talks, um programa de *advocacy* da ADEF - Associação de Desenvolvimento da Família, organização da sociedade civil cuja missão é promover projetos para o fortalecimento dos vínculos familiares através da defesa de direitos e também da ação direta com as famílias.

Graduado e mestre em Engenharia Eletrônica, Rodolfo Canônico é especialista em Políticas Públicas para a Família pela Universidade Internacional da Catalunha. Rodolfo Canônico, seja muito bem-vindo ao Espaço Democrático.

**Eduardo Mattos, Sérgio Rondino,
Rogério Schmitt, Rodolfo Canônico**



Rodolfo Canônico - Muito obrigado. É uma grande satisfação. Agradeço pelo convite para participar e ter a oportunidade de dialogar sobre esse tema bastante relevante para a sociedade e que está num momento muito especial de discussão, que é a licença-paternidade. Nós temos trabalhado já há alguns anos nesse assunto e entendemos que o momento é mais do que oportuno para isso.

Sérgio Rondino - Participam também deste programa o jornalista Eduardo Mattos, o economista Luiz Alberto Machado e o cientista político Rogério Schmitt.

Rodolfo, como eu disse, a licença-paternidade ficou 35 anos esquecida no Congresso. A pergunta é: agora vai?

Rodolfo Canônico - Olha, um primeiro esclarecimento. Esse esquecimento é relativo. Existem muitas proposições a respeito do assunto, da licença-paternidade. Quase 100 foram apreciadas nesse período. Imagina? Então, ela aparece. Existe um interesse difuso em fazer uma regulamentação e uma certa ampliação da licença-paternidade. O que não houve foi interesse efetivo e articulação social e política tal que gerasse repercussão interessante e dessa forma os projetos efetivamente tramitassem e fossem discutidos. Então, apesar de existirem algumas dezenas de projetos, quase 100, não houve uma tramitação real. No Senado Federal há menos projetos, mas o cenário é mais ou menos o mesmo, né?

Não houve, nesse período, é importante destacar, nenhuma iniciativa que o poder Executivo poderia ter tido em relação a esse assunto, de maneira que ele ficou um assunto não priorizado dentro do debate legislativo. Então esse é um fato, é um breve resumo histórico do que aconteceu nesse período de 35 anos.

Há uma única exceção, que é no âmbito do Marco Legal da Primeira Infância, que foi votado no ano de 2016. Um dos objetos desse marco legal foi a atualização do programa Empresa Cidadã, um programa eletivo que permite que empresas tributadas na modalidade lucro real tenham a oportunidade de receber um benefício fiscal caso ampliem a licença à maternidade de 120 dias, que é o prazo constitucional, para 180 dias e aumentem a licença-paternidade de cinco dias, que é o prazo hoje vigente, para 20 dias. Então, essa diferença pode ser compensada do ponto de vista tributário. Esse foi o avanço legislativo que houve.

Porém, hoje, em torno de 1% do universo de trabalhadores com carteira assinada, que é a população elegível ao benefício, tem essa licença ampliada. É muito pouca gente. A administração pública, em várias instâncias, incluindo a administração pública federal, já havia também ampliado a licença-paternidade para 20 dias. Então, os servidores públicos federais, e vários outros estaduais e municipais, não são todos, já têm esse benefício. Mas foi o que houve. Esse é o único avanço legislativo.

No governo federal anterior começou uma movimentação legislativa a partir de uma Medida Provisória que criou um programa chamado Emprega Mais Mulheres. No contexto desse programa foram apresentadas várias emendas. Isso foi feito via Medida Provisória, então os parlamentares apresentaram diversas emendas a respeito da licença-paternidade.

Como não era objeto do programa, mas houve um grande interesse legislativo, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, que é o órgão que coordena a bancada feminina, decidiu juntar esses parlamentares todos que apresentaram essas emendas e criar um grupo de trabalho. O que aconteceu ao longo do ano de 2023? Esse grupo de trabalho entendeu ser importante trazer vários



PORÉM, HOJE, EM TORNO DE 1% DO UNIVERSO DE TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA, QUE É A POPULAÇÃO ELEGÍVEL AO BENEFÍCIO, TEM ESSA LICENÇA AMPLIADA. É MUITO POUCA GENTE. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM VÁRIAS INSTÂNCIAS, INCLUINDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, JÁ HAVIA TAMBÉM AMPLIADO A LICENÇA-PATERNIDADE PARA 20 DIAS. ENTÃO, OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, E VÁRIOS OUTROS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NÃO SÃO TODOS, JÁ TÊM ESSE BENEFÍCIO. MAS FOI O QUE HOUE. ESSE É O ÚNICO AVANÇO LEGISLATIVO.

agentes da sociedade civil para participar do debate para a construção de propostas: o governo federal e o setor produtivo, além de organismos internacionais. De maneira que se construiu uma proposta, ainda que não consensual, já amplamente debatida e que vislumbrou vários dos desafios associados. Uma proposta bem mais madura e, do ponto de vista técnico e da construção legislativa, melhor.

E isso, paralelamente, coincidiu com o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, a ADO número 20, pelo Supremo Tribunal Federal, que foi concluído em dezembro do ano passado. Essa ADO teve um julgamento longuíssimo, de 12 anos, e no ano passado os ministros decidiram que houve mora legislativa a respeito da votação da licença-paternidade porque, como estava na disposição transitória

da Constituição, se esperava uma posterior regulamentação, que não ocorreu nesses 35 anos.

Então o Supremo foi provocado através dessa ADO número 20, declarou que houve essa omissão legislativa do Congresso Nacional e deu prazo de 18 meses, que já contam, para a regulamentação da licença-paternidade. Esses dois fatos relevantes mostram que agora há um momento diferenciado em relação ao assunto.

E tudo isso vem dentro de um contexto social bastante transformado nesses anos, seja pelos movimentos das mulheres que estão apoiando essa licença-paternidade, seja pelo amadurecimento e as transformações da sociedade. Existe já um contexto social mais favorável a isso e se criou um contexto político e jurídico que indica haver uma possibilidade real de votação. Agora o governo federal começa

uma mobilização em torno do assunto, que está sendo debatido internamente. Enfim, são fatos relevantes, que não aconteceram anteriormente em todos esses anos desde a promulgação da Constituição Federal. De maneira que trazem uma esperança e uma possibilidade real, uma janela de oportunidade para uma votação bastante próxima sobre o assunto.

Sérgio Rondino - Eduardo Mattos, sua pergunta.

Eduardo Mattos - Rodolfo, como é que você avalia o modelo de licença parental, aquele em que o casal pode dividir o período legal determinado de licença?

Rodolfo Canônico - A licença parental é um modelo moderno adotado já em algumas dezenas de países, sobretudo nos europeus, embora haja aqui na América Latina uma experiência no Chile. Como já é adotado há vários anos, ele tem mostrado algumas vantagens interessantes, né? Então, a nossa organização vê de forma positiva o modelo da licença parental pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, é um modelo que vai permitir maior autonomia da família no momento da tomada de decisão a respeito do usufruto da licença, embora haja, nos diferentes contextos, uma série de, vamos dizer, travas legais a respeito do que é possível fazer. Não é uma liberdade absoluta, né? Diferentes legislações possuem diferentes regulações a esse respeito, certo? Mas, em geral, vai conferir uma flexibilidade maior, uma possibilidade de escolha pela família que é bastante positiva, na nossa visão. Diferentemente do modelo atual, que já prevê uma série de dias para a mulher gestante que teve o filho e outra para o pai, enfim, é isso.

Então essa flexibilidade pode se adequar melhor a cada núcleo familiar, que vai ter as suas

particularidades e que dessa maneira vai poder tomar uma decisão conforme o que for melhor para a sua situação. Também é importante destacar que em vários desses países, e aqui eu queria destacar o caso da Suécia, que não é o único, a licença parental veio com um intuito, uma certa perspectiva de gênero, partindo da seguinte compreensão: o grande motivador, o principal motivador da diferença salarial no mercado de trabalho entre homens e mulheres é o exercício da maternidade. Esse é um dado bastante estudado. Recentemente, saiu um artigo bastante amplo sobre esse assunto na revista *The Economist*. Mas é um fato conhecido há muitos anos.

Porque, mais do que a maternidade em si, o que existe é um fenômeno que as mulheres acabam tendo maior envolvimento nas tarefas de cuidado, na rotina familiar, do que os homens, e isso cria o que se chama de sobrecarga das mulheres e gera um efeito no mercado de trabalho. Ou seja, a maior parte das responsabilidades familiares é exercida pelas mulheres. Isso, obviamente, gera um custo para a sua projeção laboral e social. Esse custo é negativo e é compartilhado de forma desigual com os homens. Então, qual foi o intuito do legislador sueco? Foi promover, de forma ativa, e induzir a maior participação do homem na vida familiar, de maneira a reduzir essa diferença de envolvimento e do custo que existe, o consequente custo de levar a família adiante, o custo que eu falo é do ponto de vista do tempo, e com isso reduzir a desigualdade.

E esse efeito aconteceu porque lá é bastante monitorado. Esse indicador de tempo gasto com tarefas de cuidado existe no Brasil. A PNAD Contínua (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*), do IBGE, mede esse indicador de tempo gasto com tarefas de cuidado, que no Brasil é mais ou menos o dobro do tempo para as mulheres. Na Suécia, após a implantação da licença parental, houve um aumento da participação dos



homens na vida familiar, do ponto de vista do tempo dedicado diariamente e semanalmente. Dessa maneira, houve uma consequente redução da disparidade salarial entre homens e mulheres. Foi uma das medidas prioritárias.

Essa foi a intenção do legislador sueco. Para conseguir isso, o que eles fizeram foi também criar uma obrigatoriedade, do ponto de vista do usufruto da licença, para que o homem seja obrigado a tirar uma parte da sua licença em um momento em que a mãe não está de licença. O intuito do legislador, com isso, foi fazer com que o homem tivesse a experiência de exercer a paternidade, o cuidado daquela criança sem a presença da mulher, de maneira que ele fosse o principal cuidador daquela criança naquele momento. E isto se mostrou uma estratégia eficaz para alcançar o objetivo proposto pela legislação, que era aumentar a participação dos homens na vida familiar ao longo do tempo e com isso reduzir a diferença salarial.

Este objetivo está bastante documentado. Há muitas evidências. Ele foi alcançado, em alguma medida, a partir disso. Então, nos parece ser um modelo bastante adequado, além de dar maior autonomia à família. Aqui no Brasil, infelizmente, parece não haver ainda uma consciência social, um conhecimento suficiente a respeito desse tema, para propor um debate imediatamente sobre isso, pelo menos no Legislativo.

Eu acho que do ponto de vista social já surgem elementos que trazem à tona questões relacionadas, mas existe uma jornada ainda de amadurecimento. Mas nos parece ser um modelo mais adequado.

Eu até acrescento que desconheço a legislação, mas algumas empresas são pioneiras, no sentido de criar maiores estímulos e licenças maiores. Até mudaram da licença parental para a licença familiar, um modelo ainda mais arrojado, tendo em vista o contexto de transição demográfica e o envelhecimento da população. Cada vez mais,

uma parcela da população idosa está dependente das pessoas. A licença familiar é um período que poderia ser usado para esse tipo de exercício intensivo de cuidado. Mas isso ainda não existe em legislação.

Então esse é o contexto do debate. Nós somos bastante favoráveis ao modelo de licença parental, em função dessas vantagens que nós vemos nele.

Sérgio Rondino - A vez agora é sua, Rogério Schmitt.

Rogério Schmitt - Você já mencionou *en passant*, mas eu queria que você tivesse a oportunidade de enumerar de forma mais sistemática, nos debates e nas audiências que participa, quais são as grandes vantagens da regulamentação da licença paternidade, ou eventualmente, também, da licença parental. Enfim, o que a gente está perdendo, o que o Brasil perdeu nesses anos todos por não ter tratado essa questão, como estava previsto na Constituição?

Rodolfo Canônico - Perfeito. É importante destacar porque nos parece que os benefícios possíveis de uma ampliação da licença paternidade, para ficar no objeto em discussão, eles são bastante superiores aos custos que isso gera para a sociedade, né? E eu gostaria de destacar os seguintes pontos, pensando em diferentes perspectivas. Em primeiro lugar, pensando na perspectiva da criança, não é? Acho que a chegada da criança, seja por nascimento, seja por adoção - as licenças valem também para os casos de adoção -, é um momento bastante ímpar na vida de qualquer pessoa, mas sobretudo na vida dessa pessoa que nasce, que vem ao mundo. É um momento que, com o advento da neurociência, sobretudo nos últimos 30, 40 anos, se compreendeu melhor toda essa ocasião especial que se chama de primeira infância, que é um tema bastante estudado hoje, né?

Sobretudo essa primeiríssima infância, esses primeiros meses de vida. Porque, do ponto de vista do desenvolvimento cerebral, existe um nível de capacidade de aprendizado da criança que não se repete em outras fases da vida. Eu acho que o exemplo mais palpável disso é a capacidade de aquisição de linguagem da criança. Simplesmente, a criança aprende a língua por exposição a ela, não é? Inclusive, uma criança pode aprender mais de uma língua nesse momento, caso ela esteja exposta a mais de uma língua, que é o que acontece em famílias bilíngues. Por exemplo, expatriados que falam em casa uma língua e convivem socialmente com outra. Uma criança nessa fase da vida pode tranquilamente aprender as duas línguas porque existe uma capacidade de aquisição de conhecimento que depois não vai se repetir. Essa capacidade se perde depois de um tempo.

Por que existe essa capacidade? Por causa do desenvolvimento cerebral, as conexões neurais estão sendo feitas nesse momento. À medida que a criança recebe estímulos, e a linguagem, a comunicação com ela é um estímulo, as conexões vão se fazendo. Então, a própria morfologia cerebral é também consequência do ambiente em que a criança está. Quanto melhor o ambiente em que a criança está, melhor no sentido de mais adequado para o desenvolvimento infantil, melhor vai ser a potencialidade de desenvolvimento ao longo do tempo, porque algumas oportunidades que existem nesses períodos, nesses meses iniciais de vida, não se repetem.

Então, aqui nós temos um primeiro elemento, que é garantir melhores condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças. E a presença da família nesse momento é decisiva porque, nesse momento inicial da vida, praticamente toda interação social da criança é feita com a sua própria família. Na medida em que a família tem

tempo para estar com a criança, essa integração vai ser mais longa e pode ser potencialmente de mais qualidade, afinal, existe mais tempo.

Então, propiciar mais tempo para o envolvimento do pai, aqui falando na criança, contribui de maneira decisiva nesse momento. Isso nós podemos afirmar porque vários países passaram já por processos de ampliação das suas respectivas licenças e existem muitas evidências coletadas a respeito desse assunto. Esta é uma discussão baseada em evidências. Há uma potencialização do desenvolvimento infantil ao longo do tempo.

E nós temos muitas evidências a respeito do bem que é a presença do pai, do homem, na vida da criança. Do ponto de vista do seu desenvolvimento não é indiferente. Traz vantagens uma presença paterna na vida da criança, uma série de vantagens do ponto de vista do desenvolvimento emocional, do posterior desempenho escolar e por aí vai. Isso potencializa esse desenvolvimento socioemocional da criança. E a presença intensiva do pai nesses primeiros meses de vida, que uma licença propicia, aumenta a probabilidade desse pai estar mais envolvido no desenvolvimento daquela criança ao longo de todo o tempo.

Porque cria uma relação fortificada entre aquele pai e aquela criança num momento bastante especial, que é o momento após o nascimento. Então também existe evidência de que essa relação se fortalece ao longo do tempo, da trajetória de desenvolvimento da criança.

Traz benefícios para a mãe. Veja, o nascimento da criança é um momento em que o corpo da mulher já sofreu uma série de transformações durante a gravidez e sofre no nascimento da criança. E leva tempo, é o período do puerpério, até a mulher se recuperar, né? Alguns dias. Esse período de puerpério varia, né? Mas uma referência é de 30 a 40 dias para a mulher se recuperar de todo o processo que ela passou. Fora isso, 30%

das mulheres chegam a desenvolver depressão pós-parto. É super comum a depressão pós-parto. Portanto, a presença do homem naquele momento, que é o momento de recuperação física e emocional em função de todas as questões também hormonais que acontecem, é um fator protetor em relação a todos esses desafios, inclusive o do desenvolvimento da depressão pós-parto.

Mas não é apenas isso. A relação fica fortalecida, de maneira que existem evidências que mostram que o envolvimento do homem nesses dias iniciais da vida da criança está associado, inclusive, a uma redução de casos de violência doméstica no futuro, porque melhora e fortalece as relações familiares. E isso, o fortalecimento das relações familiares, naturalmente vai exercer um efeito protetor para todas aquelas pessoas, o que também pode ser a experiência nossa, a que nós tivemos, na nossa família. Foi a experiência que eu tive. A minha família não era um ambiente de risco para mim, era um ambiente de proteção, tudo ali funcionava. Então a licença-paternidade é um mecanismo que tem esse efeito.

Sérgio Rondino - Rodolfo, como diria um advogado do diabo, está tudo muito bom, está tudo muito bem, mas o professor **Luiz Alberto Machado**, economista, tem uma pergunta com uma preocupação que é mais ou menos recorrente toda vez que se fala em gerar algum novo benefício trabalhista.

Luiz Alberto Machado - Rodolfo, um dos argumentos utilizados por aqueles que se opõem à extensão da licença-paternidade diz respeito à questão da empregabilidade. Eles argumentam que muitos empregadores resistirão a contratar trabalhadores formalmente na idade próxima daquela em que eles costumam ser pais. Como é que você vê esse argumento?

Rodolfo Canônico - Essa é uma preocupação real. Eu tenho um amigo bastante experiente no debate de políticas públicas e ele faz uma analogia entre a política pública e medicamentos que têm o efeito pretendido, mas geram efeitos colaterais. Inclusive, eu brinco que várias bulas de remédios que nós usamos até de forma corriqueira, se nós olharmos lá as reações adversas que podem causar alguma vez, podem gerar um susto tal que a gente até reflita: "Será que eu vou tomar mesmo esse remédio?". Embora sejam efeitos raros. Mas, enfim, existem efeitos colaterais em todo sistema complexo e a sociedade e o mercado de trabalho são sistemas hiper complexos. Todas essas medidas vão gerar esses efeitos pretendidos que eu acabei de mencionar porque são bastante medidos em dezenas de países, há muitas evidências de qualidade. Porém, devem gerar, sim, efeitos colaterais. Só que é como o tratamento de uma doença. Os efeitos colaterais, na nossa visão, devem ser administrados, mais do que evitados, senão não faremos nenhum tratamento de saúde.

Existe um efeito negativo associado à, por exemplo, licença-maternidade no mercado de trabalho, na empregabilidade das mulheres? A resposta é sim. Esse é um tema também bastante estudado. Existe o que se chama de penalização da maternidade. É um fenômeno mundial, em todos os lugares acontece. Aqui no Brasil existe um estudo famoso da Fundação Getúlio Vargas sobre as mulheres que retornam da licença-maternidade. Em até 12 meses, metade perde o emprego.

Até se cunhou o termo demissão pós-parto. Existe esse fenômeno, existe um efeito negativo na empregabilidade das mulheres, que traz uma série de consequências negativas, obviamente, para as mulheres, mas para a sociedade também. Por exemplo, cada vez mais as mulheres têm feito decisões relacionadas à fertilidade, à decisão de ter filhos, no sentido de terem menos filhos do que

gostariam, só que isso começa a ter efeitos sociais bastante relevantes. A queda da taxa de natalidade associada ao envelhecimento populacional. Recentemente, por exemplo, a Coreia do Sul bateu um recorde. A taxa de natalidade na Coreia do Sul é de 0,70 e alguma coisa filhos por mulher e isso já virou uma emergência nacional reconhecida pelo governo, né? E está associada à dinâmica do mercado de trabalho, porque existe uma penalização.

Então poderia ser gerada uma penalização dos homens em algum sentido? Talvez. Agora, considerando que já existe uma penalização nas mulheres, muita gente argumenta que um aumento na licença-paternidade, na verdade, vai gerar melhor equalização dessa questão no mercado de trabalho, de maneira a diminuir a penalização das mulheres. Isso é um efeito que vai se diluir com a maior participação dos homens. Inclusive, foi estratégia adotada de políticas públicas em alguns países justamente para esse objetivo. Eu citei o caso da Suécia, mas houve lugares em que foi para reduzir a penalização da maternidade porque, se um pai vai ficar, aí nesse caso, com licença igualitária, vai ter uma licença igualitária, o efeito negativo entre homens e mulheres fica diluído. Essa, por exemplo, foi a estratégia da Espanha, que, no ano passado ou em 2022, não me recordo, equiparou o tempo que um homem e uma mulher ficam justamente para diluir esse efeito. Mas aí a gente ainda não tem dados do que está acontecendo lá, porque é uma decisão muito recente, não tem evidências claras.

Mas é de se supor que, sim, vai haver uma diluição. E também existe uma diferença, porque a mulher tem uma idade fértil bastante marcada por uma questão biológica, não é? A partir de uma idade, a mulher perde a capacidade de ter filhos, faz parte do ciclo do corpo feminino. E isso não é verdade no caso dos homens, embora a maior probabilidade é de um homem ter filho em idade parecida com a das

mulheres, naturalmente. Porém, isso é relativo no caso dos homens, existem outras possibilidades. Então, dilui um pouco o efeito porque a idade fértil do homem é em toda a vida, essencialmente, não é? Embora a probabilidade de ele ter filhos, a partir de uma certa idade, vá reduzindo, mais em função da dinâmica pessoal, familiar, das pessoas, que é o que a gente observa em nosso entorno social, enfim.

Mas, do ponto de vista de condição corporal para tal, os homens mantêm. Então deve, sim, haver um efeito, só que nós entendemos que esse efeito vem nesse contexto complexo, trazendo muito mais benefícios que malefícios e dificuldades, não é? Do ponto de vista das empresas, naturalmente, isso gera um desafio adicional no planejamento da força de trabalho. Nós entendemos que é um desafio superável. Para grandes e médias empresas, com certeza, superável porque a licença-paternidade, tal qual a licença-maternidade, é uma licença com grande previsibilidade. Existe um aviso com meses de antecedência e, com os índices de fertilidade em queda, o número de vezes que um trabalhador vai usufruir dessa licença vai ser baixo. Isso é o que mostra a estatística, de maneira que nós entendemos que é um efeito gerenciável. Não pode ser negligenciado, mas é plenamente gerenciável e, frente aos benefícios potenciais da ampliação da licença, parece que o custo-benefício é bastante tendente ao lado do benefício da adoção. Então, esses efeitos tendem a ser mitigados ao longo do tempo e superados pelos efeitos positivos que isso vai trazer do ponto de vista do desenvolvimento das pessoas, da manutenção das relações familiares. O rompimento de relações familiares gera muitos custos sociais, pode gerar, inclusive, danos ao desenvolvimento infantil. Isso não é fácil de medir, mas é real e acontece. Portanto proteger esse desenvolvimento familiar é do interesse público e traz, sim, consequências econômicas no médio prazo e no longo prazo em função desses benefícios.

Sérgio Rondino - Na sequência, Eduardo Mattos, mais uma pergunta.

Eduardo Mattos - Rodolfo, você falou sobre taxa de natalidade há pouco. Eu consultei aqui a taxa de natalidade brasileira. O último dado disponível nosso é de 2020 e mostra que o Brasil tem 1,65 nascimento por mulher, que é um número abaixo da reposição populacional. Uma licença-paternidade um pouco mais generosa, digamos assim, você acha que poderia contribuir para que a taxa de natalidade brasileira subisse?

Rodolfo Canônico - Pois é. A resposta é sim e eu já vou dizer por que. Essa é uma discussão que ainda não está na nossa visão com a devida atenção aqui no caso brasileiro. Vários países já estão com esses processos de quedas da taxa de natalidade avançados. Eu destaco o Japão, a Coreia do Sul e vários países europeus. Talvez os destaques sejam a Itália e a Espanha, que têm taxas de natalidade de 1,2 ou 1,3 filho por mulher. E isso traz conseqüências. O Japão recentemente deixou de ser a terceira maior economia do mundo. Perdeu o posto para a Alemanha. Um dos motivos que levaram a isso, que estão nas análises que foram publicadas, é o envelhecimento populacional, entendendo o envelhecimento populacional como mais do que o aumento da expectativa de vida, o aumento da proporção de pessoas idosas na população.

No Japão, uma em cada dez pessoas tem mais de 80 anos de idade e, de três a quatro pessoas, um pouco mais de 30% da população, são pessoas idosas. Naturalmente, isso traz uma série de conseqüências, inclusive no médio prazo, para o crescimento econômico. A economia japonesa é mais ou menos estagnada desde o início dos anos 1990. Se você olhar o gráfico de crescimento econômico do Japão, ele é um pouco de lado. E um dos



motivos para isso é o processo de envelhecimento populacional, que lá já está gerando, inclusive, uma redução da população. Começou um processo de redução populacional no Japão e esse é um dos

grandes desafios da China, da economia chinesa.

Saiu recentemente, neste mês (março de 2024), uma matéria interessante, uma análise da propaganda do governo chinês referente ao

planejamento familiar, que até 2016 demandava a política do filho único. Hoje, em toda propaganda do governo, aparecem famílias com três crianças.

O grande slogan do governo chinês é: "Com

três é melhor”. Existe uma ideia de estimular a natalidade. A fecundidade pretendida, pelo menos pelo governo chinês, é de três filhos por mulher. É uma mudança interessante porque o governo agora tem um prospecto de envelhecimento populacional acelerado que, naturalmente, vai ter um efeito de desaceleração, num primeiro momento da economia. Numa projeção de longo prazo, existe uma projeção de redução. A projeção da população chinesa até o final do século 21 é de ser reduzida pela metade, essa é a projeção que existe hoje. Outros países têm projeções de redução populacional, inclusive o Brasil. Na projeção média, o Brasil deve chegar no final do século 21, mantidas as condições atuais, com 150 milhões de habitantes, sendo 40% de pessoas idosas. Hoje nós somos 205 milhões, com mais ou menos 13% ou 14% de pessoas idosas. O envelhecimento da população traz uma série de custos e a redução populacional vai fazer com que a economia vá se ressentir e deve diminuir nesse tempo. Então, o custo é alto.

A licença-paternidade é mais tempo para os pais? Saiu em 2022 uma revisão da literatura na revista *Nature* sobre esse assunto. Existe um efeito positivo na taxa de natalidade associado a mais tempo de presença do pai, seja por uma licença-paternidade, seja por uma licença parental. Então, isso é interessante. A resposta é sim. Por quê? Porque um dos principais motivadores para uma mulher tomar a decisão de ter filhos é perceber que ela tem apoio no exercício da maternidade.

Esse apoio, obviamente, começa em seu próprio entorno familiar, porque criar um filho demanda uma coisa que se chama rede de apoio. Não só o apoio do ponto de vista comunitário, mas o social, as políticas públicas, as diferentes estruturas de apoio ao exercício do cuidado. E o maior tempo de licença-paternidade está associado a uma percepção por parte das mulheres de mais apoio porque, no momento crítico, que é esse momento

do nascimento, crítico do ponto de vista das transformações do corpo, é um momento difícil na vida de uma mulher, um maior tempo de licença-paternidade vai estar associado a um grande aumento na percepção de apoio que ela tem naquele momento. E isso predispõe a mulher à decisão de ter um outro filho porque, se teve um apoio, ela se motiva a ter outro.

Em vários países existem os indicadores de fecundidade real e de fecundidade pretendida. Em quase todo o mundo, a fecundidade pretendida é maior do que a fecundidade real, as mulheres gostariam de ter mais filhos e, em grande medida, não os têm porque não se sentem apoiadas. Mais tempo de licença-paternidade está associado à evidência robusta, publicada na *Nature*, de que essa percepção melhora nas mulheres e tem um efeito positivo do ponto de vista do aumento da taxa de natalidade, sim.

Sérgio Rondino - Rogério, sua vez.

Rogério Schmitt - Rodolfo, fiquei com uma dúvida que é a seguinte: o Family Talks tem, assim, um mapeamento dos argumentos principais que podem ser apresentados como resistência a uma eventual aprovação no Congresso de uma lei regulamentando a licença-paternidade? A gente poderia pensar, por exemplo, no machismo, um tabu que atravessa todos os espectros políticos e ideológicos? Mas eu imagino, por exemplo, entre os parlamentares que são defensores intransigentes do livre mercado uma oposição à licença-paternidade sob o argumento de que é mais uma intromissão do governo na liberdade de escolha, enfim. Estou aqui pensando alto. Quer dizer, tem esse mapeamento de quais são as críticas?

Rodolfo Canônico - Eu vejo que existe, sim, em primeiro lugar, uma certa desconfiança em relação

a aumentar o tempo da licença-maternidade a partir de uma percepção de que o homem não faria diferença. Traduzindo, seria isso na prática. Cada vez mais tem uma compreensão de que não é assim, faz diferença, sim. Mas existe esse elemento. Agora, eu tenho dialogado com dezenas de parlamentares sobre esse assunto e esse é um elemento que normalmente não é vocalizado. Ele está ali implícito, acaba se percebendo em algumas conversas, mas ele não é totalmente verbalizado. Ele é uma premissa de uma posição um pouco mais resistente a uma mudança para aumentar, para se ter um prazo mais generoso de licença. Então ele fica latente, acaba sendo uma premissa.

O que acabam sendo verbalizadas, talvez motivadas por essas premissas, são duas questões. A questão fiscal, porque uma das defesas do projeto que está sendo pautado, que é esse do grupo de trabalho da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, é de criar um salário paternidade equivalente ao salário maternidade, porque hoje a licença paternidade é paga pela empresa. Essa é uma questão. A proposta é fazer com que seja paga pela Previdência Social da mesma forma que a licença maternidade. Essa é uma questão. Existe uma questão fiscal associada a isso que precisa ser enfrentada. Custa, existe um custo social, mas na nossa visão é muito claro...

Sérgio Rondino - Rodolfo... A questão fiscal a que você se refere é o custo da Previdência Social, que já tem um estouro monumental nas suas contas. É isso?

Rodolfo Canônico - É, porque vai custar, vai custar algo a mais. Em relação ao estouro é quase nada a mais, né? O rombo da Previdência está associado às escolhas que a sociedade brasileira fez ao longo do tempo, a permitir aposentadorias que não são compatíveis com as contribuições das pessoas e

muito cedo na vida. Mas isso gera um custo, esse custo precisa ser financiado e a expectativa é de criar o benefício sabendo exatamente de onde virá esse dinheiro, que é para não contribuir para esse rombo. Enfim, do ponto de vista do gasto público, o gasto previdenciário é basicamente a metade da União. Então o aumento que a licença paternidade traria é bastante marginal. Essa é uma primeira questão, mas precisa ser enfrentada.

Eu falo que acaba sendo um desafio, em função do contexto orçamentário e das metas do próprio governo federal. A meta fiscal de ter, neste ano, um déficit zerado e que geraria um custo adicional que precisa ser enfrentado. Mas, a lei, se fosse aprovada, valeria a partir do ano que vem. Mas é um desafio adicional. É bastante marginal, mas gera aí uma questão política.

Então, essa é uma questão. A outra questão, naturalmente, é essa das empresas, que já foi levantada aqui no debate. Existe, sim, uma objeção, do ponto de vista das associações e de certos grupos relacionados ao setor produtivo preocupados em relação a um eventual impacto negativo que isso pode trazer para o exercício dos negócios. Eu entendo que esse impacto é real, mas muito marginal em relação a tudo o que a gente está discutindo, pelos motivos apontados. Com certeza, não existe um ambiente para equiparação à licença maternidade hoje no Brasil. Seria algo bastante menor que a licença maternidade. Só isso já gera um impacto reduzido. E toda a previsibilidade associada a uma licença por nascimento ou adoção, algo que é comunicado com bastante antecedência. E, por fim, as baixas taxas de natalidade. Ainda que tenham um efeito, como a gente falou, positivo sobre a taxa de natalidade a licença paternidade ampliada, o fato é que as taxas de natalidade são baixas.

Na vida de um trabalhador, uma licença paternidade vai ser usufruída muito poucas vezes, não é? Então todos esses fatos apontam para um

efeito reduzido. Mas acaba, sim, existindo uma preocupação do setor produtivo e de parlamentares ideologicamente alinhados com essa pauta do livre mercado, como você falou. Acaba sendo, para alguns grupos de parlamentares, um grande ponto de discussão. Na nossa visão, acaba sendo uma certa distorção por não olhar para os benefícios que a licença vai trazer ao longo do tempo, fartamente documentados. E tem o custo de oportunidade que você tem ao não fazer isso, ao não dar esse tempo.

As resistências acabam sendo essas. Essa incompreensão em relação ao papel do homem na vida familiar que acaba sendo proposto, considerando todas as transformações sociais aí das últimas décadas, com maior envolvimento da mulher na vida pública. Esse é um tema que está latente. O que é verbalizada é a questão fiscal e um eventual impacto negativo na vida das empresas, ainda que seja um impacto mínimo em relação ao planejamento de uma empresa, um impacto absorvível.

Sérgio Rondino - Rodolfo, antes de encerrar, eu queria abrir espaço para um recado final seu, se tiver algum aspecto que você queira ainda abordar...

Rodolfo Canônico - Debater o assunto, sobretudo para entendermos os benefícios que

essa adoção pode trazer, essa atualização da licença paternidade, vai ajudar a trazer à tona, a circular os argumentos que mais interessam, que são os benefícios que nós perdemos com a legislação tal como está, que não corresponde ao contexto social. É uma legislação que está defasada em relação aos anseios da sociedade. Nós entendemos que chegou o momento, sim, de fazer uma atualização oportuna, uma atualização relevante, que vai trazer um impacto direto nas vidas de milhões de pessoas todos os anos. Nós estamos muito otimistas com o potencial. Parabenizo vocês pela iniciativa de debater o tema e ficamos à disposição para debates futuros, enfim. Quem sabe quando houver uma aprovação? Aí vai ter bastante história para contar sobre o que aconteceu na mobilização política.

Sérgio Rondino - Rodolfo, nós é que agradecemos a você pela conversa esclarecedora aqui, a respeito de um tema que nem sempre, aliás, muito poucas vezes, está na cabeça, na preocupação das pessoas, né? Foi muito bom. Quero agradecer ao Eduardo Mattos, ao Luiz Alberto Machado e ao Rogério Schmitt também pela ajuda aqui neste nosso diálogo. E agradeço a todos pela atenção até aqui neste programa. Muito obrigado e até o próximo *Diálogos no Espaço Democrático*.



<p>Presidente Alfredo Cotait Neto</p> <p>Coordenador Nacional de Formação Política Raimundo Colombo</p> <p>Coordenador Nacional de Relações Institucionais Vilmar Rocha</p> <p>Secretária Ivani Boscolo</p> <p>Diretor Superintendente João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Consultivo</p> <p>Presidente Guilherme Afif Domingos</p> <p>Conselheiros Alda Marco Antonio André de Paula Cláudio Lembo Omar Aziz Otto Alencar Rafael Greca Ricardo Patah</p>	<p>Conselho Superior de Orientação</p> <p>Presidente Gilberto Kassab</p> <p>Conselheiros Antonio Brito Carlos Massa Ratinho Junior Eduardo Braide Eduardo Paes Fuad Noman Guilherme Campos Letícia Boll Vargas Rodrigo Pacheco Samuel Hanan Topazio Silveira Neto</p>
---	---	---

diálogos no espaço democrático - Coleção 2024 - LICENÇA-PATERNIDADE NO BRASIL: É HORA DE DECIDIR
ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)
 Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum com Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br